Os Desafios do Pluralismo

Simon Schwartzman
(American Institutes for Research, Brasil)

(Panel I - La expansión y la diversificación de la educación superior en América Latina y el Caribe: una revisión de desarrollos recientes y tendencias)

Seminario

"Educación superior y ciencia y tecnología en América Latina y el Caribe:

Respuestas frente a la expansión y a la diversificación"

Fortaleza, Brasil - Marzo 8, 2002

Centro de Convenciones Ceará - Bloque A, Sala de seminarios 1

Unidad de Educación

Departamento de Desarrollo Sostenible

Banco Interamericano de Desarrollo

Os Desafios do Pluralismo [1]

Simon Schwartzman

É muito difícil comentar uma apresentação de Daniel Levy, que, além de dizer tudo o que penso, ainda o faz de forma muito mais articulada e elegante do que eu conseguiria. Como não tenho discordâncias, nem faria sentido ficar somente nos elogios, vou tentar explorar um pouco mais alguns dos pontos que ele levanta, com o objetivo de ressaltar as questões que me parecem mais difíceis e controversas, para estimular a discussão. Estes comentários se referem a três pontos principais, o da sociedade do conhecimento, o da diferenciação institucional, e o da autonomia universitária.

A sociedade do conhecimento

Daniel Levy observa, com muita propriedade, que a maior parte do que tem sido dito nos últimos anos sobre a chamada "sociedade do conhecimento", ou "economia do conhecimento", tem um caráter muito geral e amplo, e, eu acrescentaria, sem um exame mais aprofundado dos requisitos específicos que ela coloca, ou deveria colocar, para os sistemas de educação superior. Que significa, exatamente, dizer que a educação superior deveria preparar os países para a "sociedade", ou a "economia" do conhecimento? Que todos tivessem formação técnico-científica, e conhecessem programação de computadores? Que todos tenham pelo menos cinco anos de educação superior? Que exista uma determinada proporção de médicos, engenheiros e sociólogos em cada sociedade?

Se buscarmos uma resposta na evolução dos países da América Latina nos últimos anos, o que observamos é que a modernização que tem havido nos mercados de trabalho de alguns países é no sentido de uma concentração cada vez maior das atividades de alta densidade tecnológica em um número pequeno de grandes empresas, freqüentemente multinacionais, e um aumento progressivo do trabalho informal, ou terceirizado. As áreas que têm crescido são as de serviço: os serviços pessoais, como na área da saúde; serviços associados à atividade econômica, incluindo o comércio, os transportes e as comunicações; e serviços públicos, sobretudo educação. A educação superior, que tem se expandido cada vez mais, segue esta mesma linha: o que mais cresce são os cursos de administração, economia e direito, sobretudo em instituições privadas. Esta tendência tem sido explicada, muitas vezes, pelo baixo custo destes cursos, e pela dificuldade que os novos estudantes teriam de entrar em cursos com conteúdo técnico e científico mais intenso, por falta de preparo adequado. Estas explicações fazem sentido, mas não devem ocultar o fato de que existe uma grande racionalidade neste comportamento dos estudantes, que explica porque eles estão dispostos a pagar por cursos de qualidade aparentemente questionável. A conclusão, adotada muito corretamente pelo documento de política de educação superior do BID, é que a educação superior tem que ser pensada como um sistema diversificado e plural, aonde deve existir um amplo espaço para uma educação geral, com poucas exigências de natureza científica, tecnológica e cultural, mas que pode ser bem dada, e contribuir para melhorar

[1] Comentário ao texto de Daniel C. Levy, Latin America's Terciary Education: accelerating pluralism", preparado para o seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre "Educação Superior, Ciência e Tecnologia na América Latina e no Caribe: respondendo à expansão e diversificação.

as qualificações e a inserção dos estudantes no mercado de trabalho das sociedades modernas. Esta diferenciação não é somente entre áreas de conhecimento – tecnologia e ciências naturais por um lado, ciências sociais pelo outro – mas deve ocorrer dentro de cada uma das áreas de conhecimento – na saúde, nas engenharias, nas atividades sociais – que podem ter cursos com versões mais científicas, mais profissionais e mais técnicas a aplicadas.

Diferenciação ou nivelamento

Eu comparto inteiramente, portanto, a noção de que o ensino superior, que já se diferenciou tanto na prática, deveria tornar explícita e aprofundar esta diferenciação, de tal maneira que as deferentes funções do ensino superior possam ser exercidas da melhor maneira possível, e com legitimidade. Eu também concordo que um sistema efetivamente pluralista deve combinar de forma inovadora e criativa um Estado mais competente e menos caro para os cidadãos, e um envolvimento mais ativo da sociedade civil e do setor privado na cobertura dos custos da educação. Eu também acho que o atual sistema de gratuidade das universidades públicas no Brasil e alguns outros países deveria ser substituído por formas combinadas de cobrança de anuidades, bolsas de estudo e crédito educativo, com efeitos importantes para a equidade social e a viabilidade econômica do setor.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de assinalar que a tendência, pelo menos em alguns países, como se pode ver nos gráficos em anexo para o Brasil, Chile e Colômbia, não parece ser no sentido da diferenciação, mas, ao contrário, de uma homogeneização ou nivelamento crescentes, pela predominância cada vez maior do ensino universitário tradicional, em detrimento de outras formas de organização da educação superior, como cursos especializados, tecnológicos, estabelecimentos isolados de ensino, etc. É possível dizer que o ensino superior, no Brasil como em outros países, está em um processo de "deriva" em direção ao leito comum do formato universitário. Esta não parece ser uma peculiaridade latino-americana. Ela ocorreu de forma espetacular na Inglaterra, quando foi abolido o antigo sistema dual que separava as universidades dos institutos politécnicos, e existem movimentos neste sentido em outros paises europeus, aonde as antigas divisões entre a formação universitária e a formação técnica e especializada têm sido questionadas.

São razões genuínas, mas existem outras explicações possíveis para esta tendência, talvez mais fortes. Uma delas é que os professores e dirigentes das instituições de ensino não querem ser vistos e classificados como proporcionando uma educação menos nobre, ou de segunda classe, ainda que não consigam, na prática, proporcionar uma formação de elite, ou participar do mundo da pesquisa. Além do mais, no Brasil como em outros países, o status universitário dá uma série de direitos e privilégios legais para as instituições, como o de criar novos cursos, que explicam a busca deste status pelas instituições do setor privado. A segunda é que os próprios estudantes preferem ter um diploma universitário, e não técnico e especializado, mesmo que tenham que obter este diploma em uma instituição de segunda ou terceira linha. Para que houvesse uma diferenciação efetiva, seria necessário que esta hierarquia de prestígio e poder que hoje separa as universidades de outras instituições fosse reduzida, ou desaparecesse. Mas, como Dan Levy mostra em seu texto, os sistemas de avaliação que têm sido criados ultimamente, como o "provão" brasileiro, acabam por reforçar os modelos e padrões únicos de qualidade, e trabalham contra a diferenciação.

A questão da autonomia

A tendência à deriva das instituições e estudantes do ensino superior para um modelo universitário único não deve ser argumento suficiente para achar que este é o melhor caminho, uma vez que conhecemos bem os efeitos de discriminação e desigualdade gerados por sistemas sociais onde existe igualdade formal, mas profundas desigualdades reais. O que esta tendência nos diz, me parece, é que não tem sentido resolver a questão da diferenciação por regulamentações ou normas burocráticas; que as instituições devem ser livres buscar seus próprios caminhos, sem classificações ou restrições prévias ao que podem ou não podem fazer; e que elas devem receber os benefícios ou as penalidades decorrentes do sucesso ou insucesso de suas opções.

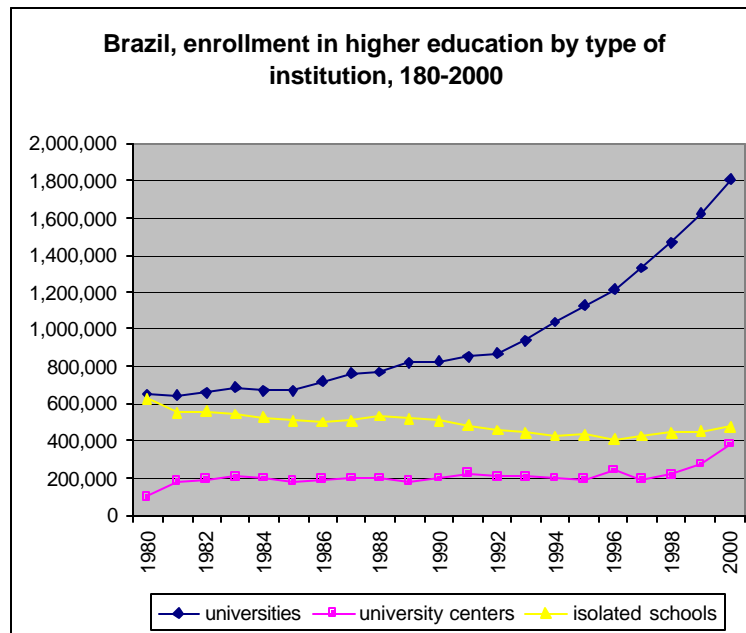
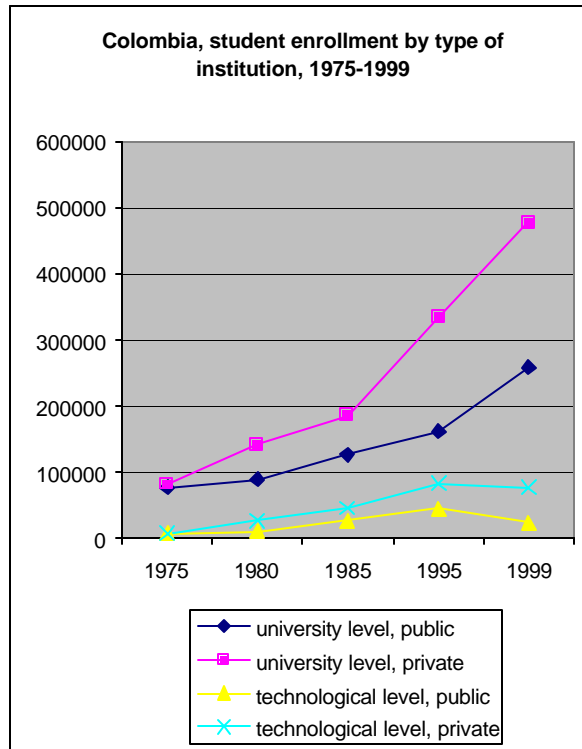
Isto nos traz, diretamente, à questão da autonomia. A autonomia universitária, na tradição latino-americana, tem significado que as universidades decidem o que, como e a quem ensinar, e os governos pagam a conta. É uma autonomia que o setor privado também busca, ao reivindicar o status universitário e, sempre que possível, subsídio público para suas atividades.

Quando o governo não quer ou não pode pagar a conta, vem o conflito, sobretudo com o setor público, no qual os governos, em regimes políticos democráticos, geralmente saem perdendo. A visão moderna do que seria a autonomia universitária em uma sociedade pluralista é uma inversão ou pelo menos uma redistribuição importante destas responsabilidades: o governo entrando mais no mérito do que as universidades fazem, através de avaliações qualitativas e quantitativas de resultados, e distribuindo subsídios em função de resultados, e não, simplesmente, de custos; e as universidades assumindo mais responsabilidades pela obtenção de seus recursos (seja do setor público, seja do setor privado) e pelo seu uso apropriado. Não é preciso explicar porque esta mudança de papel e redistribuição de responsabilidades encontra tanta resistência.

Sem uma autonomia efetiva, no sentido moderno da palavra, é difícil pensar que as universidades públicas terão como responder aos requisitos da nova sociedade do conhecimento, e desempenhar de forma adequada suas demais funções. Aqui, a resistência não vem somente do interior das corporações universitárias, mas inclusive to setor público como um todo. O Brasil, nos anos 70, chegou a ensaiar passos importantes no sentido da criação de um estado mais eficiente, descentralizado e desburocratizado, uma experiência que acabou confundida com o entulho autoritário daqueles anos, e nunca mais retomada. Hoje é impossível que universidades federais tenham políticas próprias de pessoal, e possam gerir seus recursos com flexibilidade e autonomia. Sem isto, a autonomia efetiva, que é já sentida hoje como necessidade urgente por parte de setores importantes das universidades, tem condições de se efetivar.

Conclusão

A questão da autonomia nos faz ver que Daniel Levy, ao abordar o tema da universidade, está na verdade tocando em questões muito mais amplas e profundas, que têm a ver com que tipo de sociedade e de Estado queremos ter. Não queremos, certamente, estados autoritários que nos imponham soluções mágicas, e, em última análise, ineficientes, de cima para baixo; e tampouco queremos democracias que andem à deriva dos interesses e grupos de pressão que se articulam a

cada momento, sem condições de pensar a médio prazo, nem estabelecer políticas para o futuro. A construção de uma sociedade efetivamente pluralista, tal como a delineia Levy, parece ser um caminho possível, para o ensino superior como para a sociedade como um todo, mas não é um caminho óbvio, nem um caminho fácil.

Chile, growth of student enrollment by segment, 1983-2000
350,000
300,000
250,000
200,000
150,000
100,000
50,000
0
1983
1990
1995
2000
universities
professional insstitutes
technical education

.